

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

164 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 08 a 12/05/2023

1. VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ÀS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	2
This is Europe - debate com o chanceler alemão Olaf Scholz	2
Combate à violência contra as mulheres	2
Receitas do Orçamento da UE e recursos próprios	3
Branqueamento ecológico e produtos duradouros	3
Procedimento urgente para produção de munições	3
Renovação medidas comerciais - Ucrânia	3
3. DIA DA EUROPA	3
4. AUDIÇÃO COMISSÁRIA KADRI SIMSON NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	4
5. CONGRESSO SOBRE O FUTURO DO MUNDO	4
6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	5
Reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros – reunião Gymnich	4
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	5
Parlamento Europeu	5
Comissão Europeia	5
Conselho da União Europeia	5
8. COODER ACÃO INTERDARI AMENTAR	5

1. VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ÀS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS¹

O Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, realizou uma visita às Instituições Europeias, em Estrasburgo, nos dias 9 e 10 de maio, a convite da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola.

Do programa faziam ainda parte <u>encontros com os deputados da Assembleia da República pelo círculo da Europa e com os Deputados portugueses ao PE</u>, altos funcionários dos tribunais europeus e outras instituições europeias, Conselheiros das Comunidades Portuguesas e Conselheiros da Diáspora, bem como com os <u>funcionários portugueses</u> do Conselho da Europa e do próprio Parlamento Europeu. No âmbito desta visita, o Presidente da República reuniu-se também com a <u>Secretária-Geral do Conselho da Europa</u>, Marija Pejčinović Burić, no Palácio da Europa.

No PE, o Presidente manteve um encontro com a Presidente do PE, Roberta Metsola, seguido de uma conferência de imprensa conjunta (detalhe <u>aqui</u>). Em seguida, o Presidente proferiu um discurso perante o Plenário do PE, disponível na íntegra <u>aqui</u>.





Nessa intervenção, o Presidente português começou por notar que muito havia mudado na Europa e no mundo desde a última vez que se tinha dirigido ao PE, em abril de 2016. Nessa altura, referiu, vivia-se "Noutro tempo, noutro Mundo, noutra Europa.", acrescentando que se acreditava ainda "na ordem internacional, mesmo se em crise, na balança de poderes existente, mesmo se em mudança, na reforma das instituições universais, mesmo se adiada, na segurança europeia herdada de meados do século XX, mesmo se fragilizada, na vitória da democracia sobre a guerra, mesmo se mais complexa, no avanço dos direitos humanos, mesmo se difícil, na primazia da globalização, do multilateralismo, da confluência das causas comuns (...)". Notou que "a União ainda era a vinte e oito, com outros líderes nacionais e europeus, e pensava poder ir protelando reformas, reaproximação dos europeus e alargamentos.", mas afirmando que "Esse tempo de adiamento terminou. E terminou abruptamente. Com dois anos de pandemia e mais de um ano de guerra.".

Neste contexto, e no respeitante às grandes questões que se colocam à União, a um ano das eleições europeias, enumerou **sete**, "simples de enumerar, mas muito mais difíceis de responder":

- 1. "Quer a União sair, no pós-guerra e pós-recuperação económica sustentável, como efetiva potência global? Sim ou não?", afirmando que a UE deve desempenhar um papel o mais forte possível na nova balança de poderes internacional;
- 2. "De que União Europeia estamos a falar? Com alargamento, e, se sim, quando, como e em que termos?", considerando que a resposta é "sim, com alargamento", acrescentando que tal deverá ser "Dentro do melhor possível. Isto é, dentro da preparação política institucional, e económico-financeira possível.";
- 3. "União Europeia com que poder económico? O que significa, com que capacidade de recuperação e consolidação económico-social, num contexto adverso a vários títulos, externos e internos à União?",

-

¹ Fotos e vídeos © Presidência da República.

- respondendo que a UE deve "acelerar o empenho na economia e não minimizar reflexos sociais e, a seguir, políticos, da inflação e mais efeitos da pandemia e da guerra.";
- 4. "União Europeia com que linhas-mestras e de governação económica e financeira, a médio e longo prazo, em particular, com alargamento a mais Estados-Membros e suas expetativas de fundos europeus?", respondendo que a UE não pode voltar a adiar estas decisões, sob pena de ficar cada vez "mais pesado e atribulado para resolver";
- 5. "União Europeia com que política de migrações? Ou melhor, de relacionamento com outros continentes? Distante, fechada sobre si mesma, por causas antigas e recentes, como a guerra, ou atenta, antecipatória, proativa?", afirmando que se deve afirmar com clareza que a UE deve estar "desperta, liderante, respeitadora dos Direitos Humanos e dos interesses mútuos, acolhedora, mas apostada em ajudar a resolver na origem o que não conseguirá, tarde demais, resolver no destino.";
- 6. "União Europeia sempre pioneira no clima, e, agora também, mais e mais, na energia, no digital, no conhecimento, no não deixar que a conjuntura da guerra subalternize essas prioridades?", considerando que deve ser "mais pioneira e determinante do que nunca.";
- 7. "União Europeia atenta à juventude, à solidariedade intergeracional, à mudança geracional nos seus sistemas políticos, económicos e sociais, ou lenta a renovar, contrastando com outras sociedades e outros continentes?", enfatizando que a UE deve dedicar particular atenção à mudança geracional urgente.

Concluiu, referindo que estas são as sete questões para um novo ciclo político europeu, que irá de 2024 a 2029, destacando que "O incerto passou a ser, vezes demais, a nossa certeza.", motivo pelo qual não podemos renunciar "aos princípios que nos definem e à iniciativa que nos deve animar", sempre acreditando na Europa.

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE

Teve lugar esta semana a sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, destacando-se os seguintes debates:

This is Europe - debate com o chanceler alemão Olaf Scholz

O chanceler alemão apelou a uma Europa unida, com capacidade para mudar e garantir o seu lugar no mundo no futuro, salientando que a Europa tem uma responsabilidade global que vai além das suas fronteiras. Na sua intervenção identificou ainda três lições para a UE: Em primeiro lugar, o futuro da Europa está nas nossas mãos. Em segundo lugar, quanto mais unida for a Europa, mais fácil será garantir um bom futuro para nós. Em terceiro lugar, mas não menos importante, são necessárias mais abertura e mais cooperação. Considerou que a UE deve definir o caminho para a reconstrução da Ucrânia, estabelecer parcerias com os países do sul, defender a segurança alimentar, reduzir a pobreza, encetar uma política de alargamento honesta, dando o primeiro lugar aos Estados dos Balcãs Ocidentais e melhorar a gestão e regulação da migração irregular. Os deputados pediram aos dirigentes europeus e ao chanceler para envidar esforços para uma convenção antes das eleições europeias de 2024 e defenderam a continuidade do apoio à Ucrânia, embora criticando a Alemanha pelo seu apoio tardio e a UE por fornecer dinheiro à indústria de armamento. A necessidade de combater o impacto económico da guerra e a garantia da justiça social foram também temas abordados. O vídeo do debate encontra-se disponível.

Combate à violência contra as mulheres

Os <u>deputados votaram a favor da adesão da UE à Convenção sobre a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres</u>, concluindo o papel do PE neste processo. A Convenção de Istambul foi assinada há seis anos pela UE mas ainda não foi ratificada pela recusa de alguns Estados-Membros. O parecer do Tribunal de Justiça da UE de outubro confirmou que a UE pode ratificar a Convenção sem o acordo de todos os Estados e considerou que o âmbito adequado para a adesão da UE é o asilo, a cooperação judiciária em matéria penal e as obrigações das instituições da UE e da administração pública, tendo sido realizadas nesta sessão plenária duas votações: sobre as

instituições e a administração pública da União, com 472 votos a favor, 62 votos contra e 73 abstenções, e sobre a cooperação judiciária em matéria penal, asilo e não repulsão com 464 votos a favor, 81 votos contra e 45 abstenções.

Receitas do Orçamento da UE e recursos próprios

Antecipando a proposta da Comissão, os deputados debateram as <u>receitas do orçamento da UE</u>, defendendo vários novos recursos próprios e aprovando uma resolução na qual <u>propõem uma avaliação do processo de reforma no âmbito do roteiro para a introdução de novos recursos próprios</u>. Considerando que os recursos próprios atuais podem não ser suficientes para cobrir os reembolsos da recuperação do *Next Generation EU*, foram propostas novas fontes de rendimento para o orçamento europeu que incluem recursos próprios com base no imposto sobre as sociedades, o imposto sobre as transações financeiras, um novo mecanismo transfronteiriço, um imposto sobre criptoativos, recursos próprios verdes e contribuições nacionais baseadas em estatísticas. Os deputados salientaram ainda que o Parlamento Europeu deve ter um papel reforçado no processo de tomada de decisões em matéria de recursos próprios, a fim de assegurar a visibilidade, a legitimidade e a responsabilização democrática das finanças públicas da UE.

Branqueamento ecológico e produtos duradouros

Foi aprovado um projeto de legislação para melhorar a rotulagem e durabilidade dos produtos e acabar com as alegações enganosas. A proposta diz respeito à nova diretiva relativa à capacitação dos consumidores para a transição ecológica, cujo principal objetivo é ajudar os consumidores a fazerem escolhas respeitadoras do ambiente e incentivar as empresas a disponibilizar-lhes produtos mais duradouros e sustentáveis. O mandato de negociação do PE prevê a interdição do uso de alegações ambientais genéricas, como «respeitador do ambiente», «natural», «biodegradável», «com impacto neutro no clima» ou «ecológico», caso não apresentem provas detalhadas, a proibição de alegações ambientais baseadas apenas em regimes de compensação das emissões de carbono e a proibição da introdução de características de conceção que limitem a vida útil dos produtos ou conduzam ao seu mau funcionamento prematuro.

Procedimento urgente para produção de munições

Os deputados acordaram acionar o <u>procedimento urgente</u> para avançar rapidamente com a proposta legislativa sobre o Ato de Apoio à Produção de Munições (ASAP), do qual demos nota na <u>síntese anterior</u>.

Renovação medidas comerciais - Ucrânia

Foi aprovada a proposta de <u>renovar a suspensão dos direitos de importação</u>, <u>direitos anti-dumping e salvaguardas nas exportações ucranianas para a UE</u> durante mais um ano. A suspensão de tarifas aplica-se a frutas e vegetais sujeitos ao sistema de preços de entrada e produtos agrícolas sujeitos aos contingentes pautais.

3. DIA DA EUROPA

No âmbito do dia da Europa, comemorado no dia 9 de maio, <u>a biblioteca do Conselho disponibilizou uma página sobre a comemoração</u>, destacando-se o **guia especial sobre a Declaração Schuman e o papel de Robert Schuman**, para melhor compreender o seu significado, contendo sugestões de leitura várias e que se encontra disponível <u>aqui</u>. A Representação da Comissão Europeia e o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal organizaram em Leiria, também no âmbito desta <u>comemoração</u>, várias atividades, salientando-se o debate sobre o impacto da União Europeia em Portugal com a presença do Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Pedro Silva Pereira, e da Comissária Europeia Elisa Ferreira.

4. AUDIÇÃO COMISSÁRIA KADRI SIMSON NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA²

A Comissária Europeia Kadri Simson, responsável pela pasta da Energia, reuniu na Assembleia da República com os membros da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Ambiente e Energia (vídeo disponível aqui).

A Comissária referiu, na sua intervenção, que a União Europeia (UE) estava unida na resolução dos desafios energéticos resultantes da guerra na Ucrânia, tendo destacado que em maio de 2022, a Comissão Europeia tinha adotado um plano baseado em três pilares para fazer face à **redução do consumo do gás** russo. Focou a importância de trabalhar com os seus parceiros, nomeadamente, para encontrar fontes alternativas de energia, salientando a pertinência das energias renováveis, como a solar e a eólica, na redução da dependência do consumo de gás russo, mencionando que atualmente a Rússia já não é o maior fornecedor de gás da UE. Deu, também, nota da adoção de medidas, por parte da Comissão Europeia, para reduzir os custos, para os utilizadores, com o consumo de eletricidade, evidenciando a necessidade de se continuar a desenvolver mecanismos de armazenamento de energia. Salientou a relevância de colocar as **novas tecnologias ao serviço da energia**, acrescentando que o investimento no hidrogénio era pertinente para se poder alcançar a neutralidade carbónica em 2030, recordando que a União Europeia contava com todos os produtores nacionais de hidrogénio para este propósito. Terminou com uma referência à importância de trabalhar com os parceiros internacionais para reduzir as emissões de gases com efeito estufa.

No período de debate foram abordadas questões relativas às políticas norte-americanas no incentivo à produção de hidrogénio e a alocação de fundos europeus para esse mesmo fim; o impacto do *Inflation Reduction Act* na perda de competitividade para a UE; as poucas interligações elétricas de Portugal à Europa e a preocupação das regiões ultraperiféricas europeias não terem acesso às redes elétricas; aos desafios em tabelar os preços na aquisição de energia e a sua aceitação pelos respetivos fornecedores; ao impacto causado pela instalação de eólicas nas comunidades locais, nomeadamente no Algarve; à importância de se definir uma estratégia energética ao nível europeu, reforçando a pertinência de recorrer aos parceiros internacionais para alcançar uma maior autonomia estratégica; ao encerramento da refinaria de Matosinhos e a situação dos seus trabalhadores, suscitando a aplicação do Fundo para uma Transição Justa para estes casos, e os impactos no meio ambiente causados pelas instalações de produção de energia renovável nomeadamente no que respeita à instalação de eólicas *offshore*, no impacto sobre a biodiversidade e comunidades piscatórias.

5. CONGRESSO SOBRE O FUTURO DO MUNDO

Tem lugar nos dias 12 e 13 de maio, em Vilnius (Lituânia), o <u>Congresso Parlamentar Global sobre o Futuro do Mundo</u> para debater o papel e a responsabilidade dos parlamentos na definição e direção do futuro do mundo.

Composto por três sessões temáticas, destinadas aos temas geopolíticos mais prementes e estrategicamente orientados, uma mesa redonda dos chefes das delegações e várias de sessões paralelas abertas a apresentações das delegações parlamentares de todo o mundo, o Congresso juntou membros de comissões para o futuro de vários parlamentos, membros de outras comissões parlamentares, peritos e representantes de organizações internacionais como a ONU, Assembleia Parlamentar da OSCE, Comissão Europeia, Parlamento Europeu, OCDE e UIP, tendo o Presidente desta última, o Deputado Duarte Pacheco, participado como orador na primeira sessão do Congresso.

As sessões de debate são dedicadas à Reconstrução geoestratégica do mundo, Futuro da democracia e Potenciar soluções a longo prazo, às quais se somam as sessões paralelas dedicadas à prospetiva como instrumento prático para uma governação antecipatória, geopolítica da sustentabilidade a longo prazo e governação: como colocar os cidadãos em primeiro lugar.

-

² Ponto elaborado por Gonçalo Sousa Pereira, Assessor da Comissão de Assuntos Europeus, e Cátia Duarte, Assessora da Comissão de Ambiente e Energia

Prevê-se que o Congresso termine com a adoção de uma declaração conjunta sobre a colaboração interparlamentar na definição do futuro do mundo.

Recorde-se que em outubro, e conforme demos nota na <u>síntese n.º 139</u>, teve lugar a primeira reunião das comissões parlamentares cujas responsabilidades estão relacionadas com a revisão dos desenvolvimentos futuros a longo prazo (Cimeira Mundial das Comissões do Futuro), que decorreu em Helsínquia, e na qual foi adotada uma declaração conjunta que pretendia assegurar a continuidade do diálogo parlamentar internacional sobre o futuro.

<u>6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE</u>

Reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros – reunião Gymnich

Da <u>agenda desta reunião</u> constavam as discussões relativas ao apoio à Ucrânia e reforço do diálogo com os países terceiros sobre as consequências globais da agressão russa, assim como as relações UE-China.

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Não se encontram agendados trabalhos no Parlamento Europeu na próxima semana.

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> será no dia <u>17 de maio</u>, destacando-se os debates relativos às *medidas para redução dos* microplásticos no ambiente, reforma aduaneira e a nova agenda para a América Latina e Caraíbas.

Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, destacando-se:

- 15.05: Eurogrupo; Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)
- 16.05: Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)
- 19.05: <u>Cimeira do G7</u>

8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

Entre os dias 14 e 16 de maio, no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência sueca do Conselho da UE, terá lugar a LXIX reunião plenária da COSAC. O programa da conferência pode ser consultado <u>aqui</u>.

Bruxelas | 12 de maio de 2023

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.